

24/06/2020
19h 56

SEREJO & BRAUNA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

observação por poucas horas e logo seria liberada. No máximo ficaria em um quarto do hospital.

43

Quanto ao fato de a vítima ter sido afastada do convívio da filha, se é que isso se deu por culpa de [REDACTED] (o que se nega incisivamente), tal situação é anterior aos fatos delitivos, portanto, não servido para desvalorar sequer as *consequências do crime*, menos ainda a *culpabilidade*.

Sobre a *culpabilidade*, a doutrina diz o seguinte: "Impõe-se que se examine aqui a maior ou menor censurabilidade do comportamento do agente, a maior ou menor reprovabilidade do comportamento praticado." (BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 298).

A *culpabilidade* só deve ser desvalorada quando a conduta do agente ultrapasse a conduta típica "normal". Em outras palavras, a culpabilidade normal à espécie não deve ser considerada para exasperar a pena-base.

Esse é o entendimento dos Tribunais pátrios:

PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. LESÃO CORPORAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE DESFAVORÁVEL. PENA AGRAVADA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME INERENTES AO TIPO PENAL. 1. A CULPABILIDADE SE TRADUZ NO JUÍZO DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA E APENAS DEVE SER APRECIADA QUANDO A CONDUTA DO AGENTE EXTRAPOLAR A NORMALIDADE TÍPICA, JÁ ESPERADA PARA CRIMES DESSA ESPÉCIE, SENDO CERTO QUE A CIRCUNSTÂNCIA DE O RÉU DESTRUIR UM FOGÃO, APÓS A OFENDIDA JÁ TER SIDO GOLPEADA POR UMA

08 3227-7697
Rua das Acácias, Quadra-D, Casa n. 23, Bairro Renascença I
São Luís-MA. CEP: 65075-020 | sbraunovejo@l.com | saraiva@l.com
serejo@brauna | saraiva@brauna